

EXPEDIENTE: Publicação do Sindicato dos Trabalhadores no Poder Judiciário Federal no Estado de Santa Catarina – Filiado à FENAJUFE - Rua dos Ilhéus, 118, sobreloja, sala 3, Edifício Jorge Daux, CEP 88010-560, Centro, Florianópolis/SC Fone/FAX: (048)3222.4668

imprensa@sintrajusc.org.br
www.sintrajusc.org.br

Produção: Míriam Santini de Abreu (MTb 8077/RS) - Tiragem: 800 exemplares

Nº 951

Comando Nacional de Greve reúne hoje com Planejamento

Impasse sobre dias parados no TRT pode interromper anos de diálogo

O Ministro do Planejamento Paulo Bernardo antecipou para hoje a reunião marcada com o Comando de Greve e a AGU para discutir uma solução para greve do Judiciário. A negociação está travada porque o presidente do STF, ao contrário de seus antecessores Nelson Jobim e Ellen Gracie, não está assumindo a defesa do projeto de lei do PCS embora seja de autoria do próprio Judiciário que ele deveria representar. A greve continua na maioria dos estados e o Congresso funcionará até o dia 15, antes de entrar em recesso.

Aqui em Santa Catarina persiste o impasse no TRT sobre os dias parados. Na Justiça Federal já foi fechado acordo garantindo o pagamento dos dias de greve em troca da atualização dos serviços atrasados decorrentes da paralisação. Já na Justiça do Trabalho o presidente do TRT, insiste em descontar os salários apresentando como alternativa a compensação das horas não trabalhadas uma a uma até dezembro, no limite de duas horas diárias. A proposta obrigaria os servidores a uma jornada de 9 horas por quase 6 meses e não agradou a categoria como se pode perceber pelas intervenções na última assembleia, semana passada. Amanhã os servidores vão deliberar sobre a proposta do TRT numa assembleia

estadual que contará com a presença de representantes do interior. Além da insistência em não negociar os dias parados, a direção do TRT está pedindo a todos os setores que informem na frequência até mesmo as horas em que os servidores (mesmo os que não estavam em greve), participaram de assembleias ou atos públicos realizados no curso do movimento, ao que tudo indica, para efetuar descontos.

VEM AÍ MAIS UMA SEMANA DA CONCILIAÇÃO – SÓ PARA OS OUTROS

Mais uma “Semana da Conciliação” é convocada pelo CNJ sob o lema “Conciliar é Legal” que deveria trazer o adendo “Mas só para os outros”, sob pena de ser acusada de propaganda enganosa, com base no código do consumidor. Até a regulamentação do direito de greve pelo STF, os acordos de dias parados foram celebrados, em todo o Judiciário.

rio, sem que houvesse explícita previsão legal. Agora que existe tal previsão, o TRT-SC se nega a negociar, impondo desconto ou reposição hora a hora, que dá no mesmo. A postura da atual administração do TRT aponta para o rompimento com uma prática de negociação que há cerca de dez anos tem evitado conflitos públicos desnecessários entre servidores e direção do órgão. Nesse período, todos os impasses de interesses tem sido discutidos e resolvidos no âmbito interno através de acordos, o que é bom para todos e para a própria instituição. A Justiça do Trabalho catarinense padece de problemas graves - e contraditórios com suas próprias decisões - nas relações de trabalho com seus servidores, como excesso de jornada sem pagamento de horas extras e assédio moral sobre ocupantes de FC's. Além disso, são evidentes os gastos excessivos de

recursos orçamentários com consultorias de retorno discutível, ao mesmo tempo em que se cortam despesas com saúde como é o caso da suspensão da ginástica laboral há mais de dois meses. Tudo isso se agrava quando a administração coloca como prioridade o cumprimento de metas abusivas que implicam em sobrecarga de trabalho, ditadas por órgãos de discutível competência como o CSJT, que cobra mais produção mas impede o seguimento ao legislativo de projetos de lei criando mais cargos nos TRT's.

É fundamental a participação de todos na assembleia amanhã às 14 horas para debatermos estes temas e deliberarmos sobre os encaminhamentos mais dignos neste momento. Paira no ar uma surda ameaça a nossa liberdade de organização que precisa ser defendida acima de tudo.



**Assembléia dia 8 de julho, quinta,
às 14h, no TRT**